

ARTIGO

TEMPO, HISTORICIDADE E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA DAS CIÊNCIAS

HELENA MIRANDA MOLLO
Universidade de Outro Preto
Ouro Preto | Minas Gerais | Brasil
hmollo@ufop.edu.br
orcid.org/0000-0002-4607-9426

Pretende-se neste artigo a reflexão sobre as condições de autonomia da história da historiografia das ciências como campo de pesquisas, a partir da trajetória percorrida pela história da historiografia. Para a comparação entre os dois campos, a proposta é construída – sobretudo – a partir de pesquisas publicadas nas duas primeiras décadas do século XXI, visto que esse debate vem, no Brasil, se adensando e produzindo novas abordagens.

*historicidade – história da historiografia das ciências
– temporalidades*

ARTICLE

TIME, HISTORICITY AND HISTORY OF SCIENCE HISTORIOGRAPHY

HELENA MIRANDA MOLLO
Universidade de Outro Preto
Ouro Preto | Minas Gerais | Brasil
hmollo@ufop.edu.br
orcid.org/0000-0002-4607-9426

This article aims to reflect on the conditions to history of historiography of sciences as a field of research, according to the journey of history of historiography. To this comparison, the proposal is built from research published at the beginning of twenty-first century and the debate on the fields of research, in Brazil, shows possibilities for new research.

*historicity – history of historiography of science
– temporalities*

A reflexão sobre a história e historiografia das ciências instiga o seguinte questionamento: é possível pensar em um subcampo, como a história da historiografia das ciências? Para se pensar essa possibilidade, parte-se de algumas perguntas orientadoras: como o campo da história da historiografia das ciências – então – definiria e mobilizaria categorias, tais como natureza, temporalidade, ou o que é o social, ou gênero?

Mesmo quando se parte dessas perguntas, à primeira vista tão básicas e naturais, para se pensar um campo, ou um subcampo, elas se situam mais como um segundo plano de indagações, na verdade. A ciência (e sua historicidade) é o ponto de partida para se perscrutar sobre um subcampo como a história da historiografia das ciências. Pesquisadores do campo da filosofia e da história da ciência, no Brasil, vêm se dedicando ao debate sobre a historicidade da ciência, e a ampliação desse debate, ao longo das duas primeiras décadas deste século XXI, tem sido uma constatação, o que motiva ainda mais a reflexão aqui proposta.

A discussão sobre a historicidade da ciência pode ser vista, em princípio, próxima à controvérsia das escolas internalista e externalista; contudo, a reorganização que traz para a constituição atual do campo evidencia a superação da dicotomia e sugere a “articulação entre os elementos sociais com as dimensões empíricas do real.” (Silva 2018, 388). Para que se possa pensar na perspectiva da historicidade da ciência e seu papel para a pergunta que se faz nesse texto, sobre a possibilidade da história da historiografia da ciência como um campo de estudos, propõe-se que se observe mais de perto alguns pontos da história da historiografia e suas indagações como campo de estudos autônomo. O ambiente da pesquisa em teoria e história da historiografia nos últimos trinta anos – no Brasil – vem se consolidando e lançando luz sobre temas que refletem, cada vez mais, o amadurecimento da área. Parte-se de dois textos que indagam a noção de historicidade e seu papel constituidor para a história da historiografia bem como a memória como organizadora da disciplina. Indaga-se, em seguida, a respeito das noções de historicidade e memória como encadeadoras para a história da historiografia das ciências.

Algumas discussões da história da historiografia – no Brasil, sobretudo a partir dos anos 2000, pensada como campo de pesquisa da História – são interessantes como ponto de partida. Os textos com os quais se dialoga neste artigo são publicados, respectivamente, em 2006, de autoria de Valdeci Araujo e em 2013, de Rodrigo Turin.

O texto de Valdeci Araujo – publicado na *Revista Locus*, em 2006 – é provocado pelo que Frank Ankersmit denomina como as formas teóricas da história antes do aparecimento de *Meta-História*, em 1973. Na primeira parte do texto, o autor lança as questões que tratam das condições teóricas que definem o campo da história da historiografia. É através da contribuição do historiador holandês F. Ankersmit que Valdeci Araujo, na primeira parte de seu texto, discute a noção de historicidade: ponto nodal da epistemologia da história.

Vale a pena aqui fazer um intervalo na leitura de *Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma* para ir em direção a dois textos de Ankersmit, que embasam essa discussão e seu detalhamento, mesmo que breve, será frutífero para o objetivo deste artigo: o *Prefácio à edição brasileira de A escrita da História* (2012) e *Sobre o tempo e a História* (2012).

O historiador holandês classifica a primeira dessas formas como ‘cobertura legal’ que seria, grosso modo, o controle das variáveis do contexto e das ações dos sujeitos históricos, possibilitando, assim, modelos explicativos

aplicáveis. Após o fracasso dessa forma, nas décadas de 1950/60, ele vê uma espécie de migração dos teóricos dessa tendência historiográfica para a hermenêutica; em sua leitura, os problemas continuaram. Para aqueles teóricos, haveria uma lacuna entre a proposição de um problema, tal como: *por que tal agente histórico realiza tal ação dessa forma?* e a sua solução ou resposta, que seria a aplicação de um modelo explicativo amplo. Para F. Ankersmit, esse problema, o da procura de uma lei que ele trata como “cobertura legal” e a migração para a hermenêutica, traz um entrave, que seria o de reduzir a hermenêutica a apenas uma questão heurística, também restringindo enormemente a proposta do campo filosófico.

Quando surge *Meta-História* – no início da década de 1970 – coloca-se um horizonte diferente para o campo da teoria da história, no qual, segundo F. Ankersmit (2012), ainda permanecemos. Para Hayden White (Ankersmit 2012), a partir dos textos oitocentistas, o que se pensa é chave cognitiva; nas palavras do seu leitor holandês: “a importância cognitiva do texto histórico” (Ankersmit 2012, 20). Faz-se - então - a distinção de três níveis no texto histórico: a descrição (individual do estado das coisas do passado), a explicação, ou o “nível do texto histórico como um todo, onde os historiadores” (em sua interpretação de *Meta-História*) “nos oferecem certa representação do passado.” (Ankersmit 2012, 21). Tomando o exemplo de *A cultura do Renascimento na Itália*, de Burckhardt, White vê a representação da cultura dos séculos XV e XVI na Itália como um renascer da Antiguidade. Assim, essas datas que vão aparecendo – séculos XV, XVI, Antiguidade, o tempo de Burckhardt – são sobreposições de temporalidades. O terceiro nível, portanto, estava ausente dos teóricos tanto do primeiro quanto do segundo grupo. Essa explicação o próprio Ankersmit oferece no *Prefácio à edição brasileira de A escrita da história – a natureza da representação histórica*, publicado no Brasil em 2012 pela Editora da Universidade de Londrina.

Os dois textos não se remetem ao mesmo problema, mesmo sendo o de Ankersmit, de 1994, importante para a produção de parte do texto de Valdeci Araujo, (de 2006) ou seja, não são a teoria da história e a história da historiografia tratadas como sinônimas, mas, a partir do Giro Linguístico, o que se questiona dirige-se a: quais as condições normativas da história da historiografia? Não se trata aqui, ainda mais em uma apresentação das premissas da discussão, de organizar ou perfilar todas as críticas tecidas à teoria de White, que vão desde identificá-lo a um certo estruturalismo (a proposta se aproximaria a uma rede formada pelos tropos) até o representacionismo – caminhando ao ‘não há nada fora do texto’, de origem derrideana, mas que se destaque que as críticas são tão amplas quanto a riqueza e o alcance da teoria de H. White na década de 1970. Dito isso, é necessário o retorno ao texto *Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma*, e já se destaca que:

[...] a história da historiografia assumiu a nova tarefa de verificar os lugares, as instituições, as determinações extracientíficas que definiriam as condições de produção do discurso da história. Todo um novo campo de objetos tornou-se disponível e a história da historiografia teve seu prestígio sensivelmente ampliado. (Araujo 2006, 80).

Assim, menos me utilizando de um condutor teórico e mais do ambiente de ideias que mobiliza e salienta, valho-me de Valdeci Araujo que, em seu texto, ao trazer a leitura de Ankersmit sobre o giro linguístico, evidencia o ponto central para a história da historiografia: como o texto histórico, tomado como objeto de investigação, se compõe (em White, e pela leitura de Ankersmit) e evidencia a historicidade. Ao trazer Gadamer também ao debate com Ankersmit sobre o lugar que o tempo assume na historiografia moderna, sistematiza o que seria o conjunto de preocupações e conduz para a definição elaborada por Gadamer: “um pensamento verdadeiramente histórico tem que ser capaz de pensar, ao mesmo tempo, sua própria historicidade.” (Gadamer 1993, 370 *apud* Araujo 2006, 82). O problema da temporalidade se coloca não só importante para a normatização da história da historiografia, mas é sua ancoragem. Não que o tema da temporalidade estivesse ausente do debate da produção da história, desde muito antes do novecentos, mas, através da indagação do próprio texto histórico como objeto, esse problema vai se adensando, e mostrando-se através de suas tradicionais fundações, como a cronologia, a periodização, o ciclo, a origem.

Ankersmit, em do *Sobre História e tempo* (2012), enfrenta o problema da temporalidade, a partir do seguinte corte:

[...] o objeto de estudo da história origina-se na distância temporal entre o passado e o presente: é nesta distância temporal entre o passado e o presente ou entre diferentes momentos do próprio passado que a escrita da história começa e é o que distingue a escrita da história de todas as outras disciplinas. (Ankersmit 2012, 303).

Apesar da obviedade (como destaca o próprio Ankersmit) da observação acima, o autor instiga, quando chama atenção para a quase ausência do “tópico história e tempo” entre as pesquisas no campo da teoria da história (Ankersmit 2012, 303). Ao destacar o tempo através de três possibilidades: “tempo como categoria transcendental”, “tempo cronológico” e “tempo como encarnação da historicidade humana (tempo vivido)” (Ankersmit 2012, 303-304), o autor propõe que o papel do tempo no estudo da história é fazer-se invisível. Que formulação seria essa? O autor caminha, primeiramente, através de uma leitura kantiana dos conceitos puros, voltados para a compreensão de problemas das ciências, como a geologia e a física apresentam e assim não haveria um tempo histórico que pudesse ser pensado como *tempo puro*. A preocupação se constrói a partir das obras de Paul Ricoeur e de David Carr, sobretudo a partir da perquirição a respeito do tempo ser visto como tempo vivido, e, assim, como fundamento epistemológico. Nesse texto de 2012, Ankersmit elabora uma síntese interessante que é bem-vinda à ideia da história da historiografia:

[para eles] a ideia básica é que a historicidade, essa temporalidade da experiência, não se aplica apenas ao modo pelo qual o indivíduo experimenta o mundo. Para isso, argumentam que existe continuidade entre o papel do tempo no nível elementar do indivíduo, seu papel no nível do grupo ou da coletividade (por exemplo do estado ou nação) e, finalmente, o papel do tempo no nível da escrita da história. (Ankersmit 2012, 309).

É importante destacar nesse debate trazido pelo texto de V. Araujo a condição da temporalidade para a epistemologia da história. O que F. Ankermit (2012) chama atenção não é para uma noção de contexto, mas para os múltiplos enlances temporais que coexistem na noção de contexto, para usar essa noção como exemplo.

O segundo texto que mobiliza a discussão é de Rodrigo Turin, publicado na Revista *História da Historiografia*, em 2013, e se intitula “História da Historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero”. Nesse, o autor se volta para a história da historiografia e o trabalho de Manoel Salgado Guimarães, que tinha como um de seus fios condutores a investigação da memória da disciplina. A partir de indagações a respeito das ausências e das presenças que foram marcando a identidade disciplinar, seu delineamento, aos poucos, tornou-se claro. E como R. Turin sistematiza, e aqui propõe-se uma aproximação, na obra de Manoel Salgado, a memória disciplinar submetia o passado a essa construção. Havia, cita-se: “um ordenamento narrativo, condicionando a percepção de seus herdeiros a respeito do passado.” (Turin 2013, 79). A partir dessa orientação para a memória disciplinar, Turin se encaminha para a análise dos gêneros textuais, visto que, a partir dessa memória, se vê diante da constituição do próprio objeto de reflexão. Parte de Peter Szondi, em seu *Teoria do drama moderno* (2011) uma definição de gênero textual, da *semântica das formas*, distanciando-se da definição aristotélica, mas fitando o texto como *estrutura histórica* e incluindo um outro ponto: as relações entre a historicidade do objeto e a produção da memória. Ao defrontar-se com essa perspectiva, Turin abre um imenso horizonte de autores inscritos nessa memória disciplinar que distribuem esquecimentos e presenças, lugares e não lugares. Esses pares de contrários não são artifícios retóricos, pois as ausências são fabricadas também. Manoel Salgado, lembra Turin, questionava o (não) lugar dos antiquários na constituição da memória da história da historiografia. Os porquês dessas ausências na constituição dos campos são um ponto interessante para se retomar adiante.

Após esse primeiro momento da exposição – o de organização das premissas, e dos elementos que concorrem para se pensar na autonomia da história da historiografia como disciplina, e o papel fundamental que a historicidade assume – é possível caminhar para um desdobramento, que é a segunda parte deste artigo: a partir desses problemas trazidos por esses autores, como, então, se formula um problema de mesma natureza para a história das ciências? Quais as possibilidades de se pensar o texto historiográfico sobre as ciências como um objeto? A reunião dos elementos acima indicou alguns lugares importantes, como a constituição do objeto, as formas cognitivas, a incontornável e profunda discussão sobre a temporalidade e a memória disciplinar. Nessa parte, as pistas que Lorraine Daston deixa também para essa discussão são seguidas, quando a autora trata em *Uma História da objetividade científica* – texto de 1998 –, incluído na coletânea publicada pela editora LiberArs, em 2017.

Nesta obra, a historiadora norte-americana lança seus olhares para vinte e cinco anos de produção do que ela identifica como ‘escolas historiográficas’ que dominam a história das ciências, lembrando que a produção historiográfica está na década de 1970 passando pelas proposições do Giro Linguístico. Então temos uma visão não preocupada diretamente com a definição de um campo disciplinar, mas que interfere diretamente, digamos, em suas circunscrições, tais como as noções de crítica, observação, prova. As escolas ou tendências, para a

autora, são: *filosófica, sociológica e histórica*. Resumidamente, na primeira perspectiva, segundo Daston, as ciências e seu desenvolvimento “servem para fazer a filosofia por outros meios” (Daston 2017, 69) – as ideias como atores, ou as ideias que mudaram nossa visão de mundo. A experimentação e a observação não têm espaço nessa corrente. A autora localiza o Galileu, de Koyré, nesse espaço. Na segunda – a sociológica – há um interesse pela ciência como instituição-chave da sociedade. É um amplíssimo arco, que Daston estende desde David Bloor até Bruno Latour. O que ficou de fora das duas perspectivas está terceira tendência, a histórica, em que se encontram os representantes dos que veem a solução através da redução da escala, ou seja, o encontro do indivíduo com a biografia, a *Science in context*. O local é o mais importante – o conhecimento se enraíza no mais profundo de uma época. Estão nesse conjunto Carlo Ginzburg, Natalie Zemon Davis e Emmanuel Le Roy Ladurie. A cultura material aparece para formar uma rede de relações entre sujeito, local e temporalidades.

Em breve crítica, Daston destaca que as duas primeiras formas de construção não podem satisfazer as exigências da prova e a terceira, a histórica, é reduzida demais para alcançar um modelo extenso e engendrar uma explicação de fôlego mais amplo. Assim, a historiadora avança a necessidade de se entender a história da ciência a partir de suas categorias constituidoras, propondo, então, uma epistemologia histórica – e especificamente, uma das categorias constituidoras dessa perspectiva seria a objetividade. Para usar essa categoria em um breve exemplo sobre o pensamento de Daston a respeito da história da ciência e a proposta da epistemologia histórica, a objetividade, como a entendemos hoje, para Daston, se cristaliza por volta da segunda metade do século XIX. A autora de “Uma história da objetividade científica” (Daston 2017) chama atenção para as peculiaridades da objetividade em vários trabalhos e uma variada história até chegar ao que entendemos hoje, de relação com um objeto exterior. Destaca-se – sobretudo – sua forma de compreensão dessa categoria, quando se volta ao exemplo da objetividade mecânica, que afasta a construção manual das imagens – talvez possamos avançar em relação à objetividade o seu desdobramento em direção à prova – e se especializa através de normas mecanizadas para chegar até a fotografia. A partir dessa ‘mecanização da objetividade’, passa-se a trazer ao universo da produção da imagem, inúmeras máquinas e os protocolos para lidar com as imagens. Fala-se, então, das normas, dos traçadores, das medições, de procedimentos que passam a ser feitos pela mecanização e não só pela fotografia.

É interessante destacar um momento da reflexão sobre a história da objetividade e o seu papel para a construção do que a autora denomina epistemologia histórica. Os ‘debates estéreis’ que L. Daston aponta talvez sejam já um esboço da constituição da proposta teórica, pois ela reconhece um problema a ser superado, quando, na elaboração da pesquisa da história da ciência, os temas gravitem em torno, por exemplo, da oposição entre social e racional. No interior deste debate, talvez possamos localizar desdobramentos tal como a relação entre continuidade e descontinuidade de forma a não a entender – necessariamente – como um jogo de impossibilidades. Daston enfatiza que, em ciência, se faz habitualmente, mas se “interdita possibilidade de ver as condições sociais necessárias para o exercício de uma forma ou outra de racionalidade.” (2017, 77). Tratam-se, então, não de opostos, mas de formas que convivem, que podem ou não engendrar e/ou comprovar teorias científicas. Daston traz como problema: “Darwin pode ter esperado que suas pesquisas

sobre a inteligência e as emoções dariam argumento aos movimentos opostos aos da vivisseccção na Inglaterra vitoriana” (Daston 2017, 77). Mas o que é mais interessante a se destacar nessa perspectiva da historiadora, na proposta do presente artigo, é verificar qual o lugar da objetividade na epistemologia, e, para ela, a objetividade pode prolongar os objetivos da epistemologia ou contradizê-los. A autora discorre sobre esse problema a partir da comparação entre as fotografias, no momento de sua introdução nos textos de ciência e os desenhos produzidos pelos naturalistas. Mesmo os resultados das fotos mostrando uma imagem embaçada, o critério de objetividade a promovia como um resultado mais confiável que a produção individual do cientista, mesmo que este apresentasse todas as formas do exemplar retratado com minúcias e detalhes.

Daston matiza um marco cronológico para a ciência, em que, tradicionalmente, localiza-se como o início da objetividade – a Revolução científica. Retorna-se ao texto de Rodrigo Turin e à proposta que Manoel Salgado Guimarães lançou para entender a história da historiografia como campo de produção historiográfica, a saber: a memória disciplinar da história das ciências constitui a Revolução científica uma forma de organizar-se e ao mesmo tempo organizar suas categorias e, se nos voltarmos para as sistematizações que a própria Lorraine Daston propõe, as três tendências mencionadas acima – a filosófica, a sociológica e a histórica – entrelaçam-se perfeitamente.

Embora a autora tenha citado R. Shapin e Schafer pelo experimento que intitula o livro sobre a bomba de vácuo e talvez dado uma certa ênfase ao debate que a *tendência sociológica* produz (o internalismo x externalismo), e toda a sua contribuição para se pensar a história da ciência, identifica-se um certo afastamento em relação ao debate sobre a Revolução científica. De acordo com L. Daston, os séculos XVI e XVII são vistos como o início de uma epistemologia, e para que tal afirmação se torne mais límpida, o enraizamento histórico que Shapin e Schafer propõem não pode ser contornado. A leitura desse enraizamento pode ser realizada de duas formas: a partir do que a própria L. Daston intitula como *Science in context* e com o que María Martini (2013) traz ao analisar a historiografia de Shapin: “que ele uniu o que Merton desuniu” (Martini 2013, 145), ao incluir elementos das duas formas de compreensão da ciência. É importante salientar, nesse sentido, de pensar uma historiografia da ciência que não seja solapada pela dicotomia externalismo x internalismo.

María Martini parte do conceito de causalidade figural, de Hayden White, para compreender a proposta de R. Shapin para o início da Modernidade. A causalidade figural – segundo a autora – aproxima-se do modelo *figura-conformidade*, de E. Auerbach, para a história da literatura, e White julga importante para as formas de representar. A autora assim propõe:

Considero que o conceito de causalidade figural proposto por Hayden White constitui uma ferramenta de análise frutífera para esclarecer o processo de constituição de uma perspectiva, tradição ou, de modo mais geral, de linhas interpretativas historiográficas. Sustento, ainda, que a interpretação whiteana da causalidade figural é compatível com a concepção dos atos de fala de John Austin, de modo que é possível compreender o estabelecimento de um vínculo figural entre distintos textos historiográficos como um ato performativo realizado no relato mesmo de quem se assume como “descendente” ou de quem pretende historiar posições historiográficas diversas. (Martini 2013, 139).

Na superação da dicotomia internalismo x externalismo, destacam-se – no Brasil – as pesquisas de Mauro Condé e de Carlos Maia. Os trabalhos de Maia partem de uma crítica à ausência de historiadores na história da ciência e realiza um trabalho minucioso sobre como a história da ciência foi contaminada por uma ‘mitologia cientificista’, que formulou o desenraizamento do seu nexo formativo, ou, tentando uma simplificação, sua historicidade. Só resgatando aqui a noção dada por Ankersmit para historicidade: “a temporalidade da experiência”. O livro *História das ciências, uma história de historiadores ausentes - condições para o aparecimento dos sciences studies* publicado em 2013 é precedido por *Estudios de historia, ciencias y lenguaje – los saberes como producción discursiva. Si “todo es texto”, donde queda la ciencia?* Neste estudo publicado na Espanha em 2011, Maia salienta a necessidade de se olhar a história das ciências fora do esquema cognitivo sujeito-objeto, mas a partir da composição da historicidade: “assim, quando um sujeito se contrapõe a um objeto, sempre há um terceiro elemento interposto entre eles: aquele que já se encontra estabelecido e interiorizado pelo sujeito, o saber anterior.” (Maia 2011, 5).

Em 2017, Mauro Condé publica *Um papel para a história: o problema da historicidade da ciência*. Nesse livro expõe a forma de superação da dicotomia, uma forma de organização da categoria ‘historicidade da ciência’. Essa categoria é interessante para se pensar a história da historiografia das ciências, visto que a partir daí aliam-se e conformam-se os elementos sociais e as organizações empíricas da realidade. Há muitos pontos de contato nas propostas de M. Condé e C. Maia. Ambos os autores defendem que o cientista nunca está dissociado de suas camadas sociais e formativas, mesmo no âmbito do laboratório. Contudo, o zelo no olhar nessa direção é requerido, pois o perigo reside na exacerbação da abordagem sociológica, esbarrando no relativismo. O equilíbrio entre o externalismo e o internalismo traria uma visão mais dinâmica entre o que é a tensão interna da própria ciência, seu acúmulo, sua historicidade. Para Condé, a obra de Thomas Kuhn, *a Tensão essencial* seria uma mostra dessa tentativa de equilibrar sociedade e natureza. Dedicado ao pensamento de Wittgenstein, a proposta da “gramática da ciência” seria a “historicidade do conhecimento”, que, como se esboçou acima, leva a uma rede tecida pelos inúmeros atores sociais sociedade e pelo mundo natural.

Em 2002, Paulo Abrantes publica “Problemas metodológicos em historiografia da ciência”, e nele elabora uma extensa descrição do que seria uma mescla entre uma cronologia dos problemas metodológicos ao que poderia ser interpretado como a memória do campo. Sem abordar a polêmica pelo nome que recebeu a controvérsia externalismo/internalismo, Abrantes enxerga pela lente (teoria/metodologia) cientistas denominados *históricos* (presentistas) e *filosóficos*, para, em seguida se remeter ao problema do objeto da historiografia da ciência, que seria possível traduzir para a relação sujeito/objeto, como se expôs acima, neste artigo. Lucas Silva e Ricardo Bortolotti publicam – em 2018 na *Revista Dimensões* – um artigo que problematiza o que se está defendendo aqui como história da historiografia da ciência, e intitula-se: “História da historiografia da ciência em debate: reflexões, limites e possibilidades teórico-metodológicas” (Silva, Bortolotti 2018). Os autores apontam problemas que em geral se colocam para a disciplina História da Historiografia e para a própria História da Ciência. E buscam as reflexões do físico Roberto Martins. Para o autor, haveria níveis no trabalho do historiador: **primeiro**, o da atividade humana, o **segundo** produto da análise de vários historiadores e o **terceiro** a meta-historiografia, e cito “campo de estudos que se propõe a analisar as

diferentes representações que o conjunto de vários historiadores (historiografia) fazem.” (Silva, Bortolotti 2018, 110). Segundo os autores, no primeiro nível – para Martins – estaria a Natureza; no segundo, o cientista natural; no terceiro, os *estudos meta-científicos*, e no quarto, o *meta-meta-científico*, ou a *meta-historiografia da ciência*. Aí o historiador ocuparia um lugar, analisando as formas como os outros historiadores *operacionalizam suas representações* a respeito de um tema, e aí poderiam mobilizar o externalismo ou o internalismo em suas análises. Os dois autores exemplificam o trabalho da professora Francismary Alves, que faz uma análise das leituras de três autores – Koyré, Shapin e Kuhn – para a compreensão da historiografia da Revolução Científica. Assim, o objeto se desloca para a produção historiográfica em torno de um momento histórico e que constitui um topos para a área.

Como conclusão, é necessário um retorno ao início, à preocupação de inúmeros pesquisadores em relação à trajetória da história da historiografia. Ao se propor a mesma forma de compreensão desse campo para a historiografia das ciências, novamente cabe a indagação sobre o conhecimento “historicamente constituído”, trazido por Maia (Maia 2013, 65). O autor de *História das ciências: uma história de historiadores ausentes*, motivado pela discussão da ideia de progresso que havia embasado o cientificismo, alerta para o perigo de que essa noção não contamine a observação da historicidade do objeto.

Assim:

[...] falou-se que a compreensão histórica do conhecimento possui igualmente sua historicidade. Antes de ser um mero conceito, a “historicidade de algo” fornece um quadro compreensivo que possibilita a apreensão da qualidade histórica desse “algo” em sua dinâmica processual. Foi através do movimento histórico, desse evoluir construtivista do conhecimento científico na temporalidade, que se tornou possível apreendê-lo como um conhecimento historicamente constituído. O mesmo se deu com a “invenção” da ideia de uma história da história das ciências. Foi necessário que uma história das ciências ocorresse em sua própria historicidade para se ter uma história dessa história. (Maia 2013, 65).

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Paulo Cesar C. Problemas metodológicos em historiografia da ciência. In: SILVA FILHO, Waldomiro J da. *Epistemologia e ensino de ciências*. Salvador: Arcádia, 2002.
- ANKERSMIT, Franklin Rudolf. *A escrita da História. A natureza da representação histórica*. Tradução de Jonathan Menezes, Gisele Iecker de Almeida, Maria Siqueira Santos, Alfredo dos Santos Oliva. Londrina: Eduel, 2012.
- ARAÚJO, Valdeí. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. *Locus- Revista de História*, Vol. 12, No.1, pp. 79-94, 2006.
- CONDÉ, Mauro L. L. *Um papel para a história: o problema da historicidade da ciência*. Curitiba: Ed UFPR, 2017.
- DASTON, Lorraine. *Historicidade e objetividade*. Organização de Tiago Santos Almeida. Tradução de Derley Menezes e Francine Iegelski. São Paulo: Liber Ars, 2017.
- MAIA, Carlos A. *Estudios de historia, ciencias y lenguaje – los saberes como producción discursiva. Si “todo es texto”, donde queda la ciencia?* Saarbrücken/Germany: Editorial Académica Española/LAP Lambert, 2011.

- MAIA, Carlos A. *História das ciências: uma história de historiadores ausentes*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Faperj, 2013.
- MARTINI, María. El modelo figural para una historia de la historiografía de la ciencia. *História da historiografia*, Vol. 6, No. 12, pp. 137-154, 2013.
- SHAPIN, Robert; SCHAFER, Simon. *Leviathan and the Air-Pump: Hobbes, Boyle and the Experimental Life*. Princeton University Press, 1985.
- SILVA, Luiz Cambraia Karat Gouvêa da. Internalismo versus Externalismo em História da Ciência: uma proposta de integração. *Projeto História*, Vol. 62, Mai-Ago, pp. 388-395, 2018.
- SILVA, Luiz Cambraia Karat Gouvêa; BORTOLOTTI, Ricardo Gião. História da historiografia da ciência em debate: reflexões, limites e possibilidades teórico-metodológicas. *Dimensões - Revista de História da Ufes*, Vol. 41, pp. 103-125, 2018.
- SZONDI, Peter. *Teoria do drama moderno (1880-1950)*. São Paulo: Cosac & Naïfy, 2011.
- TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. *História da Historiografia*, Vol. 6, No. 13, pp. 78-95, 2013.

Tempo, historicidade e história da historiografia das ciências
Artigo recebido em 03/12/21 • Aceito em 12/05/22
DOI | doi.org/10.5216/rth.v25i1.71066
Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado